

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS-DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 525/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11165/2014.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Sra. Flávia Ferreira Da Silva Cruz – Diretora do SAAE de Manacapuru e Ordenadora de Despesas no período de 18/04/2013 a 01/12/2013.

4- Objeto: Embargos ao Acórdão nº 733/2014 -TCE-Tribunal Pleno.

5- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial. Ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao MPE. Prazo. Cobrança Executiva.

6- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância com o Parecer Oral do Ministério Público**, no sentido de:

6.1- TOMAR conhecimento dos presentes embargos de declaração com efeitos infringentes para, no mérito, **DAR PROVIMENTO PARCIAL**, excluindo os efeitos da revelia à Sra. Flávia Ferreira da Silva (Diretora do SAAE Manacapuru e Ordenadora de Despesas no período de 18/04/2013 a 01/12/2013), passando o julgamento de sua Prestação de Contas a conter a seguinte redação:

6.1.1- JULGAR IRREGULARES as Contas da Sra. Flávia Ferreira da Silva (Diretora do SAAE Manacapuru e Ordenadora de Despesas no período de 18/04/2013 a 01/12/2013);

6.1.2- APLICAR à responsável multa no montante de **R\$ 5.480,15** (cinco mil quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), correspondente a aplicação de multa no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de atraso, no encaminhamento das informações via Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP-TCE/AM fora do prazo estipulado no art. 4º da Resolução nº. 10/2012 que no caso dos presentes autos referente aos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, totalizando 05 (cinco) meses, com fulcro no art. 308, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM c/c art. 7º, inc. I da Resolução nº. 10/2012 – TCE/AM;

6.1.3- APLICAR à responsável multa no valor **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, inciso II, da lei nº 2.423/1996 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002, pelos fundamentos dispostos nos itens 4, 5, 6, 7 e 9;

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS-DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 525/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

6.1.4- DETERMINAR à atual gestão do SAAE que providencie a realização de concurso público, a fim de preenchimento das vagas criadas pela Lei Municipal n.º 040/2003 e que ainda estão vagas;

6.2- OFICIAR À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL para que tome ciência dos achados de auditoria em matéria previdenciária e tributária e adote as providências que entender necessárias, enviando-lhe cópias das peças devidas;

6.3- OFICIAR O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS para que tome conhecimento dos fatos apontados pela Eletrobrás e pelo Órgão Técnico, com relação aos débitos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Manacapuru junto a referida empresa e adote as providências que entender necessárias, enviando-lhe cópias das peças devidas, em especial do Relatório Conclusivo nº. 78/2014-DICAMI (fls. 216/273) e do Ofício encaminhado pela Eletrobrás Amazonas Energia a este Tribunal de Contas (fls. 209/214);

6.4- FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

6.5- AUTORIZAR desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

7- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

8- Data da Sessão: 22 de Junho de 2016.

9- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

9.1 – Auditor-Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

10- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral